

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS: SISTEMATIZAÇÃO DE UM PROTOCOLO DE INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Fábio Luiz Nunes

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

fabio.nunes.fln@gmail.com

Resumo

O presente estudo investiga a temática do abuso sexual infantil (ASI), que se trata de uma dinâmica desequilibrada de poder, caracterizada pela exploração sexual de uma criança por um adulto ou indivíduo em posição de ascendência. A pesquisa objetivou o desenvolvimento de um protocolo psicopedagógico voltado à prevenção e ao enfrentamento do ASI no contexto da Educação Infantil, reconhecendo a escola como *locus* potencial de proteção, que se compreende como todo processo de cuidado pessoal e institucional no sentido de prevenir ou minimizar a ocorrência de situações de abuso sexual infantil, e que pode abarcar estratégias de acolhimento, conscientização e mesmo denúncia de casos de abuso. O método empregado é a revisão narrativa de literatura, incluindo artigos científicos, literatura técnica e manuais de instituições do poder público brasileiro, o que inclui materiais impressos e digitais. Os resultados da análise bibliográfica apontaram para a relevância de se implementarem intervenções no ambiente escolar, formando docentes como agentes psicoeducadores e protetores ativos contra situações de abuso sexual infantil envolvendo crianças com idade inferior ao Ensino Fundamental. O protocolo proposto é um plano de ensino de quatro aulas, estruturado com atividades lúdicas e didáticas direcionadas a crianças da Educação Infantil. Os conteúdos abordam o reconhecimento corporal, a discriminação entre interações afetuosas e abusivas, o desenvolvimento da capacidade de recusa e a promoção da busca por suporte. O protocolo busca fomentar a conscientização sobre a corporeidade, os direitos da criança e a importância de se reportarem situações de violência sexual.

Palavras-chave: abuso sexual infantil; intervenção psicopedagógica; Educação Infantil; revisão de literatura.

PREVENTION AND APPROACH OF CHILD SEXUAL ABUSE: DEVELOPMENT OF A PSYCHOPEDAGOGICAL INTERVENTION PROTOCOL IN THE SCOPE OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Abstract

This study investigates the theme of child sexual abuse (CSA), defined as an imbalanced power dynamic characterized by the sexual exploitation of a child by an adult or individual in

a position of authority. The research aimed to develop a psychopedagogical protocol focused on intervention strategies against CSA in early childhood education settings, recognizing schools as a potential locus of protection. This concept encompasses all processes of personal and institutional care to prevent or mitigate occurrences of CSA, incorporating strategies such as support, awareness-raising, and reporting abuse cases. The methodology employed a narrative literature review, analyzing scientific articles, technical literature, and manuals from Brazilian public institutions, including both printed and digital materials. Bibliographic analysis results highlighted the relevance of implementing school-based interventions to empower educators as psychoeducational agents and active protectors against CSA involving preschoolers. The proposed protocol comprises a four-lesson teaching plan structured with ludic and didactic activities targeting early childhood education students. Content areas include body awareness, differentiation between affectionate and abusive interactions, development of refusal skills, and promotion of support-seeking behaviors. The protocol seeks to foster awareness of bodily autonomy, children's rights, and the importance of reporting sexual violence.

Keywords: child sexual abuse; psychopedagogical intervention; early childhood education; literature review.

1 INTRODUÇÃO

Em 2000, mediante a Lei Federal n. 9.970, o 18 de maio foi instituído, no Brasil, como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Organismos governamentais e não governamentais, e membros da sociedade civil valem-se dessa data, todos os anos, para, além de debater a construção e o aperfeiçoamento de políticas públicas, promover reflexões sociais em torno dessa problemática.

A infância é uma das etapas mais relevantes do desenvolvimento humano, e um evento traumático nessa fase pode ser determinante para a vida adulta. É comum que a criança não relate o episódio de abuso por não compreender ou por medo, mas alguns sinais podem ser percebidos mesmo de forma involuntária (Brasil, 2021). De difícil suspeita e complexa confirmação, as situações de abuso sexual na infância, doravante ASI, são perpetradas, em sua maioria, por pessoas atreladas diretamente às vítimas e sobre as quais exercem algum poder ou influência. Nem sempre acompanhadas de violência física visível, práticas sexualmente abusivas contra crianças podem apresentar-se sob variados aspectos e com diferentes níveis de gravidade, o que complexifica a possibilidade de denúncia pela vítima e a confirmação diagnóstica por meios hoje oferecidos pelas medidas legais de investigação do crime (Pfeiffer; Salvagni, 2005).

Como explicitam Borges e Dell’Aglio (2008), o ASI tem sido vinculado a severas consequências para o desenvolvimento infantil, incluindo prejuízos cognitivos, emocionais, comportamentais e sociais. Por essa razão, crianças vítimas de abuso sexual podem apresentar uma variedade de transtornos psicopatológicos, tais como transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), dissociação, depressão, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH),¹ transtornos alimentares, transtornos psicossomáticos, comportamento antissocial e abuso de substâncias. Com respeito aos efeitos do ASI na educação, Lima-Berton e Rodrigues (2022) identificaram, por meio de revisão bibliográfica sistemática, que crianças vítimas desse crime demonstram recorrentemente problemas de aprendizagem, como desinteresse pelo estudo, dificuldade de atenção e conflito com os pares e com os professores.

Crianças com idade inferior ao esperado para o Ensino Fundamental são particularmente vulneráveis ao ASI, e a intervenção adequada pode reduzir consideravelmente os danos a longo prazo (Zhang *et al.*, 2020). Todavia, parece haver uma carência de protocolos estruturados e adaptados às necessidades específicas dessa faixa etária, o que representa um desafio e uma oportunidade para inovar nesta área. Smith (2021), por exemplo, sublinha a importância de educar crianças para a segurança pessoal e os limites saudáveis de interação. Essas medidas podem ajudá-las a reconhecer sinais de abuso e a buscar auxílio quando preciso, interrompendo, desse modo, o ciclo de silêncio e sofrimento pelo qual as vítimas costumam passar. Nessa mesma direção, Lima-Berton e Rodrigues (2022) sustentam que a escola possui papel estratégico na superação desses efeitos deletérios do ASI, lançando mão de práticas pedagógicas que envolvam o trabalho multiprofissional, ações de prevenção, conhecimento dos sinais de alerta, estímulo da autoestima, assim como a valorização das potencialidades da criança.

2 MÉTODO

Este estudo elabora um protocolo psicopedagógico, na forma de um plano de ensino, como sugestão para ser ministrada por professores a crianças com idade entre três e cinco

¹ É fundamental esclarecer que o TDAH, por ser um transtorno do neurodesenvolvimento, não figura como causa direta ou fator predisponente para que uma criança sofra ASI. Pelo contrário, a literatura científica aponta que a vivência de ASI constitui um evento adverso significativo e um trauma que pode atuar como fator de risco, associado à intensificação ou exacerbação de sintomas pré-existentes de TDAH (como desatenção, impulsividade, dificuldades de regulação emocional) ou ao aumento da vulnerabilidade para o desenvolvimento de dificuldades nessas áreas, frequentemente observadas nesse quadro clínico, mas não o originando.

anos, com o objetivo de desenvolver competências relacionadas à autopercepção corporal e à identificação de sinais de abuso sexual pelos próprios estudantes. Diante disso, o problema de pesquisa levantado traduz-se pela seguinte questão: em que medida um protocolo psicopedagógico, estruturado com base nos campos de experiência da Base Nacional Comum Curricular, pode contribuir para o desenvolvimento, em crianças de três a cinco anos, de competências de autopercepção corporal e de reconhecimento de situações indicativas de abuso sexual?

Para a consecução do propósito da pesquisa, o método desenvolvido consiste em uma revisão bibliográfica de literatura (Severino, 2016), de tipo *narrativo* (Cavalcante; Oliveira, 2020),² fundamentada em materiais impressos e artigos científicos publicados em periódicos especializados no âmbito da psicologia do desenvolvimento e da educação, além da área de políticas educacionais. Conforme esclarece Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é conduzida com base em material previamente elaborado, composto por obras como livros, artigos científicos e vídeos, entre outros. Sua principal vantagem reside na capacidade de proporcionar ao pesquisador a amplitude de uma variedade mais extensa de fenômenos do que seria possível investigar de forma independente. Como Marconi e Lakatos (2003) ressaltam, esse tipo de investigação não se restringe a replicar o que já foi produzido sobre determinado tema, mas facilita a análise de um assunto sob uma nova ótica, o que pode resultar em conclusões inovadoras. A pesquisa foi realizada na plataforma do Google Acadêmico, em janeiro de 2025, cujos descritores consistiram em “abuso sexual infantil”, “violência sexual infantil”, “prevenção”, “escolas” e “educação”.³

Quanto aos requisitos para seleção dos materiais técnicos de apoio à elaboração do protocolo psicopedagógico, tem-se que (i) seu idioma deveria ser a língua portuguesa; (ii) deveriam ter autoria pessoal ou institucional claramente identificada; (iii) deveriam apresentar lista de referências consultadas; e, por fim, (iv) deveriam ter sido publicados entre 2020 e 2025. Nesse contexto, foram consultados manuais e cartilhas de orientação produzidos por entidades do poder público, direta ou indiretamente vinculadas ao sistema de ensino. Guiam a

² Esse método de pesquisa consiste em uma análise ampla e descritiva da literatura existente sobre um determinado tema. Diferentemente das revisões sistemáticas, não segue, necessariamente, um protocolo metodológico rígido e explícito para a busca e seleção das fontes, permitindo uma seleção mais flexível, muitas vezes guiada pelos objetivos específicos do autor e sua expertise. Seu objetivo principal é oferecer um panorama geral do conhecimento, identificar tendências, discutir conceitos ou contextualizar um problema de pesquisa, por meio de uma síntese qualitativa e interpretativa.

³ Também se utilizaram as versões traduzidas desses descritores para o idioma inglês e para o espanhol: “child sexual abuse”/“abuso sexual infantil”, “child sexual violence”/“violencia sexual infantil”, “prevention”/“prevención”, “school”/“escuela” e “education”/“educación”.

estruturação do protocolo psicopedagógico os seguintes campos de experiência definidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, Brasil, 2018): (i) o eu, o outro e o nós; (ii) escuta, fala, pensamento e imaginação; (iii) corpo, gestos e movimento; e (iv) traços, sons, cores e formas.⁴

3 O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E O ABUSO SEXUAL INFANTIL (ASI)

A violência refere-se ao uso intencional ou não intencional de força, ameaçada ou real, contra um indivíduo, a si mesmo, um grupo de pessoas, uma comunidade ou um governo. A violência pode ser direcionada ou indiscriminada, motivada por objetivos políticos, religiosos, sociais, econômicos, étnicos, raciais, de gênero ou outros, ou ser não intencional, podendo visar causar dano, lesão ou morte direta ou indiretamente (Krug *et al.*, 2002). Originária do latim *violentia* e ligada à ideia de violação (*violare*), a violência denota uma infração de normas, direitos ou regras (Bufacchi, 2005).

Por meio de uma abordagem mais ampla, considera-se a violência uma transgressão dos direitos de indivíduos ou grupos, englobando não apenas a coerção física, como também formas como a violência psicológica, a estrutural e a simbólica (Bufacchi, 2005; Martínez Pacheco, 2016). A violência psicológica, presente em contextos como a violência doméstica e o assédio moral, pode causar danos emocionais tão graves quanto os da violência física (Hamby, 2017). Enquanto isso, a violência estrutural refere-se a sistemas sociais que perpetuam desigualdades e injustiças, causando danos indiretos às pessoas marginalizadas (Bufacchi, 2005; Martínez Pacheco, 2016). Do ponto de vista psicossocial, a violência é tida como um comportamento intencional e prejudicial, distinguindo-se da agressão por sua natureza não essencial e pela intenção de infligir sofrimento, reconhecendo danos que vão além das lesões físicas imediatas, incluindo trauma psicológico e consequências neurológicas a longo prazo (Hamby, 2017).

⁴ Reconhece-se que a BNCC é objeto de um amplo e relevante debate crítico no campo educacional brasileiro, abrangendo questionamentos sobre suas implicações ético-políticas, técnico-pedagógicas e potenciais efeitos como a indução a uma perspectiva mercadológica da educação, a redução da autonomia docente e a homogeneização curricular, pondo em questão as diversidades regionais e culturais (Aguar, Dourado, 2018). Ciente dessa discussão, que perpassa desde a concepção do documento até seus possíveis impactos na prática pedagógica, optou-se, no presente trabalho, pela utilização do modelo dos campos de experiência proposto pela BNCC para a Educação Infantil. Tal decisão fundamenta-se em sua funcionalidade como ferramenta organizacional pragmática para estruturar e comunicar as atividades do protocolo psicopedagógico aqui sistematizado, visando facilitar sua potencial apreensão e aplicabilidade por parte dos educadores aos quais se destina, apesar das reconhecidas limitações conceituais e políticas do documento como um todo.

No que concerne à violência sexual, pode-se dizer que ela abrange tanto o *estupro* quanto a *coerção sexual*. O estupro é definido como o ato forçado de relação sexual contra a vontade de uma pessoa ou qualquer contato sexual físico realizado com o uso de ameaça ou constrangimento físico (Lisak; Miller, 2002). A coerção sexual, por sua vez, é entendida como qualquer contato sexual físico realizado sem o consentimento da pessoa, utilizando métodos coercitivos, como o uso de posição de autoridade ou pressão verbal (Holcomb, 2010). Assim, a noção de violência sexual não se limita apenas ao uso de força física, mas engloba a intimidação por meio do abuso de poder e agressão verbal. Essa forma de violência pode ocorrer em diversos contextos, como em relacionamentos íntimos, e nem sempre resulta em consequências jurídicas para seus perpetradores.

Dentro do espectro das violências de cunho sexual, emerge o *abuso sexual infantil* (ASI), um tipo específico de violência que carece de uma definição universalmente aceita (Haugaard, 2000), compreendendo atos que vão desde o contato físico, como penetração, até o assédio, e caracterizando-se por uma relação de poder desigual em que um adulto utiliza sua posição para satisfazer desejos sexuais sem o consentimento da criança. Esse abuso pode ocorrer tanto no âmbito familiar, envolvendo parentes, quanto fora dele, por abusadores sem laços de parentesco com a criança (Oliveira *et al.*, 2020). Além das variações culturais e legais sobre o que define uma “criança”, fatores como o contexto do ato e a intenção do adulto tornam sua conceituação ainda mais desafiadora (Haugaard, 2000). O ASI inclui também formas de exploração sexual, como a pornografia infantil, o tráfico sexual de menores e sua exploração comercial, o que agrava a dificuldade de enfrentamento, especialmente diante da resistência de muitas famílias em discutir o tema, prejudicando ações de conscientização e prevenção (Oliveira *et al.*, 2020).

O abuso sexual infantil frequentemente, mas nem sempre, realiza-se no decorrer de um longo período e incorpora comportamentos de preparação (Winters *et al.*, 2023). A preparação é um processo gradual e calculado pelo qual o agente atrai a vítima para um relacionamento sexual e o mantém sob segredo. O processo de preparação compreende muitas etapas, incluindo (i) direcionar a vítima; (ii) ganhar sua confiança; (iii) suprir uma necessidade que a vítima tenha; (iv) tornar o relacionamento único; e (v) isolar a vítima de determinados ambientes sociais. Algumas modalidades de abuso sexual compreendem (i) praticar exibicionismo; (ii) masturbar-se na presença da vítima ou coagi-la a fazê-lo; (iii) envolver a vítima em assistir a ou fazer parte de imagens sexualizadas; (iv) realizar chamadas

telefônicas, mensagens de texto ou interação digital de cunho obsceno; (v) envolver a vítima na captura de imagens sexuais de seu próprio corpo; e (vi) praticar qualquer outra conduta sexual que seja prejudicial ao bem-estar emocional, cognitivo ou físico de uma pessoa. O Código Penal brasileiro tipifica o crime de *estupro de vulnerável* (art. 217-A), considerado a prática sexual com penetração sexual ou qualquer ato libidinoso. A pessoa vulnerável é juridicamente definida como a pessoa de até quatorze anos de idade ou com deficiência física ou mental (Brasil, 1940).

Por meio de um relatório produzido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), as informações sobre estupros e estupros de vulnerável indicam que, entre 2017 e 2020, dentre as vítimas de zero a dezenove anos, 81% tinham até quatorze anos de idade. Em termos absolutos, isso significa que, no prazo de quatro anos, de um total de 179.278 casos registrados no Brasil, mais de 145 mil correspondiam a vítimas com até quatorze anos. Os dados demonstrados referem-se aos registros informados pelas autoridades de segurança pública das diferentes unidades da federação. Além de o estupro ser um crime que implica altos índices de subnotificação, os registros dos boletins de ocorrência ainda possuem muitas falhas. Quanto mais antigos os registros, mais imprecisos são os dados informados (UNICEF, 2021).

Nota-se ainda que o crime de estupro de vulnerável possui um padrão relativo ao sexo das vítimas.⁵ Em todas as faixas etárias, a maior parte das vítimas é do sexo feminino. Dentre as vítimas de zero a quatro anos e de cinco a nove anos, as meninas representam 77% do total e os meninos, 23%. São insuficientes os dados disponíveis sobre as circunstâncias dos crimes de estupro; porém, a análise sugere haver diferenças no tipo de local em que os crimes são cometidos, a depender da faixa etária da vítima. O estudo aponta que, quanto mais nova a vítima, maior o risco de ela ser violentada dentro de casa. Quando as vítimas têm entre zero e nove anos de idade, o percentual de crimes que ocorrem nas residências é de aproximadamente 68%. Além do mais, do total de crimes analisados, 86% foram perpetrados por agressores conhecidos das vítimas (UNICEF, 2021).

O ASI acarreta uma série de consequências para as vítimas, afetando múltiplos aspectos de suas vidas. As implicações de natureza comportamental incluem o

⁵ A referida pesquisa produzida pelo UNICEF valeu-se, de fato, da categoria de *sexo*, e não de *gênero*, a respeito das vítimas de estupro de vulnerável no Brasil.

desenvolvimento de condutas sexualizadas, problemas de internalização e externalização,⁶ e dificuldades em construir relacionamentos saudáveis e de confiança (Canadian Centre for Child Protection, 2024). Crianças que sofreram ASI podem apresentar dificuldade em regular suas emoções, levando a explosões de raiva ou a comportamentos excessivamente complacentes diante da autoridade (Carr, 1999). Além disso, pode haver uma tendência de vítimas de ASI a se envolver em comportamentos de risco, como uso de substâncias e automutilação (Canadian Centre for Child Protection, 2024). Essas dificuldades comportamentais muitas vezes se manifestam como problemas de conduta, que incluem agressividade e resistência a respeitar regras (Carr, 1999).

No âmbito social e cultural, as vítimas de ASI frequentemente enfrentam o estigma e o isolamento. O abuso sexual infantil pode, assim, levar à dificuldade em confiar nos outros e a formar relacionamentos saudáveis, resultando em retração social e insegurança (Canadian Centre for Child Protection, 2024). A internalização do estigma, tanto por parte do agente quanto da sociedade, faz com que as vítimas se sintam “danificadas” e culpadas pelo ocorrido. Essa culpa pode conduzi-las à dificuldade de denunciar o abuso e buscar ajuda, perpetuando o ciclo de violência. As vítimas também podem experimentar uma barreira ao lidar com a sexualidade, o que ocasiona comportamentos sexuais de risco ou a evitação do sexo (Carr, 1999).

Cognitivamente, crianças vítimas de abuso sexual podem apresentar dificuldades de concentração, memória, controle de impulsos e organização (Canadian Centre for Child Protection, 2024). Em termos neurobiológicos, tem-se observado uma correlação entre a experiência de ASI e alterações no eixo hipotálamo-pituitário-adrenal (HPA) e no sistema imunológico (Lo Iacono; Trentini; Carola, 2021). Essas alterações biológicas podem contribuir para o desenvolvimento de transtornos mentais e médicos, já que, do ponto de vista psiquiátrico, as vítimas de ASI possuem risco aumentado de desenvolver transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), depressão, ansiedade, transtornos de personalidade e transtornos dissociativos (Arata, 2002; Carr, 1999). Borges e Dell’Aglia (2008) acrescentam ainda que o ASI pode predispor suas vítimas a condições psicopatológicas como TDAH, transtornos alimentares e abuso de substâncias. Além do exposto, a revitimização sexual é um

⁶ *Sintomas internalizantes* referem-se a problemas voltados ao interior do sujeito, frequentemente associados a sofrimento emocional e dificuldades intrapsíquicas, como ansiedade, depressão e retraimento social. Já os *sintomas externalizantes* estão relacionados a comportamentos voltados para o exterior, caracterizados por impulsividade, agressividade, desobediência e condutas desafiadoras. Enquanto os primeiros são frequentemente mais difíceis de identificar por serem menos visíveis, os últimos tendem a atrair maior atenção devido ao impacto direto no ambiente e nas interações sociais.

problema frequente entre as vítimas de ASI, com um risco aumentado de vivenciar novas agressões sexuais na adolescência e na vida adulta (Miguel; Quijada; García, 2024). A gravidade das consequências tende a ser maior quando há múltiplos tipos de abuso, incluindo negligência ou abuso físico associado à violência sexual (Arata, 2002; Carr, 1999).

No que concerne ao aspecto educacional, é relevante apontar que o ASI causa diversas consequências pedagógicas e para o desenvolvimento da aprendizagem da criança. Vítimas de ASI podem apresentar dificuldades de aprendizagem, desinteresse pelos estudos, problemas de atenção, além de dificuldades em interagir com colegas e professores (Lima-Berton; Rodrigues, 2022). A experiência traumática pode ensejar baixo rendimento escolar, dificuldades de adaptação e comportamentos de isolamento ou retraimento no espaço de ensino (Cogo *et al.*, 2011; Ferreira; Ferreira, 2022; Lima-Berton; Rodrigues, 2022). Podem surgir comportamentos regressivos, como choro excessivo, ou a criança pode relatar aos professores medo e pesadelos recorrentes. No longo prazo, essas dificuldades podem persistir, prejudicando o desenvolvimento socioemocional da criança e sua capacidade de estabelecer vínculos afetivos (Ferreira; Ferreira, 2022), além de favorecer a evasão escolar (Silva *et al.*, 2024).

O arsenal bibliográfico analisado, como se percebe, redireciona o olhar acerca da violência sexual, superando a leitura subordinada ao uso da força física para localizá-la em um panorama relacional, assimétrico e pautado por desequilíbrios estruturais. Nessa concepção, o vilipêndio de direitos, o abuso de poder e a geração de profundas fraturas psíquicas, sociais e institucionais assumem o protagonismo do debate. Para fundamentar essa teorização, Krug *et al.* (2002), Bufacchi (2005) e Martínez Pacheco (2016) buscam caracterizar a agressão como uma transgressão plural e complexa. Em diálogo com essa premissa, Holcomb (2010) e Lisak e Miller (2002) apuram o conceito de coerção sexual, comprovando que a simples privação de consentimento já representa um agravo de extrema severidade. Ao mesmo tempo, Haugaard (2000) e Oliveira *et al.* (2020) denunciam os obstáculos inerentes à circunscrição do abuso infantil, justificando tal dificuldade pelas matrizes culturais, normativas e contextuais vigentes. A esse propósito, Winters *et al.* (2023) sugerem que as práticas abusivas costumam se enraizar mediante táticas gradativas de aliciamento e imposição do silêncio, alargando a compreensão do fenômeno para muito além de um evento pontual.

Quanto aos desdobramentos do ASI, as investigações de diferentes estudiosos, a exemplo de Carr (1999), Arata (2002), Borges e Dell’Aglío (2008) e Lo Iacono, Trentini e

Carola (2021), confirmam a vasta escala das rupturas ocasionadas pela vitimização na infância. Sobrevivem, no entanto, vazios teóricos significativos acerca da intersecção entre os impactos clínicos, acadêmicos e socioculturais nos territórios latino-americanos, sobretudo no Brasil. Diante dessa lacuna, as estatísticas do UNICEF (2021) e as formulações de Cogo *et al.* (2011), Ferreira e Ferreira (2022), Lima-Berton e Rodrigues (2022) e Silva *et al.* (2024) consolidam a instituição de ensino como um espaço de amparo e reconhecimento da vítima. Manifesta-se, na mesma medida, a carência de investigações sobre a qualificação do corpo docente, a elaboração de protocolos de prevenção e a adoção de ações pedagógicas genuinamente sensíveis à etapa da Educação Infantil. Todo esse arcabouço chancela a urgência de medidas protetivas atreladas à indispensável expansão do debate entre as esferas conceitual, clínica, jurídica e educacional nas pesquisas vindouras.

Dada a gravidade das implicações do ASI para o desenvolvimento das vítimas, torna-se indispensável que educadores atuem como agentes de proteção, atentos aos sinais de sofrimento e às dificuldades apresentadas pelas crianças. A criação de um ambiente escolar seguro é essencial não somente para estimular a recuperação e o desenvolvimento pleno das vítimas, mas para prevenir novos casos, por meio de práticas pedagógicas que promovam o diálogo, a conscientização e o respeito ao corpo e aos direitos das crianças (Lima-Berton; Rodrigues, 2022). Como proteção, entende-se todo processo de cuidado pessoal e institucional no sentido de prevenir ou minimizar a ocorrência de situações de abuso sexual infantil, compreendendo desde o acolhimento inicial até a conscientização e o encaminhamento de denúncias aos equipamentos públicos competentes. Nesse sentido, a próxima seção propõe um modelo de intervenção psicopedagógica voltada à prevenção e à abordagem do abuso sexual infantil no âmbito da educação anterior ao Ensino Fundamental, delineando estratégias que psicoeduquem os educadores e fortaleçam a escola como espaço de proteção e de promoção de cidadania.

Tendo sido apontados os aspectos contextuais, clínicos e educacionais do ASI, passa-se à organização e à descrição do protocolo psicopedagógico de intervenção sobre o fenômeno no contexto da Educação Infantil.

4 UM MODELO DE AÇÃO PSICOPEDAGÓGICA SOBRE O ASI

A escola exerce uma função fundamental na prevenção e no enfrentamento do abuso sexual infantil, já que frequentemente se configura como o principal canal para a notificação

de casos suspeitos ou confirmados de violência sexual contra crianças (DPE-GO, 2022; Lopes; Lima; Silva, 2023). Nesse contexto, as vítimas, tanto reais quanto potenciais, devem sentir-se protegidas e encorajadas a buscar auxílio. Considerando a significativa quantidade de tempo que as crianças passam nesse ambiente, os educadores estão em posição privilegiada para identificar alterações comportamentais que possam indicar abuso, como retraimento social, agressividade ou dificuldades de relacionamento interpessoal (Ribeiro; Santos, 2024). A Figura 1 exibe alguns dos comportamentos que sinalizam possível experiência de ASI.

Para que a função de prevenção e monitoramento desse fenômeno seja desempenhada de maneira eficaz, é essencial que os educadores recebam aperfeiçoamento sobre aspectos do desenvolvimento infantil, estratégias lúdicas de abordagem, sinais indicativos de abuso e os direitos das crianças (Lopes; Lima; Silva, 2023). Além disso, é necessário que estejam preparados para acolher as vítimas, encaminhá-las ao conselho tutelar do município e colaborar com as famílias (DPE-GO, 2022). A identificação do abuso exige atenção a sinais específicos, evitando denúncias infundadas, e deve ser seguida pela comunicação à direção e aos órgãos competentes. Por fim, é indispensável que o contato com a criança seja conduzido de forma cautelosa e técnica, pois, segundo Brino e Williams (2008), abordagens inadequadas podem ocasionar danos adicionais à vítima.

Diante do exposto, desenvolve-se a seguir um protocolo psicopedagógico para o tratamento da temática do abuso sexual infantil, considerando-se as especificidades da criança com idade aproximada entre três e cinco anos e, por conseguinte, do nível de ensino representado no Brasil pela Educação Infantil, foco de nossa pesquisa.⁷ Por protocolo psicopedagógico, entende-se a organização sistematizada de um conjunto de práticas e técnicas orientadas para a instrução e o letramento de questões de foro tanto educacional quanto psicológico. Defende-se que o modelo também pode ser adaptado e aplicado ao público dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que compreende crianças de seis a dez anos de idade. O referido protocolo, baseado em bibliografia atualizada em língua portuguesa (Moraes, [202-]; Silva *et al.*, [2021]; Vieira *et al.*, 2021), estrutura-se como um *plano de ensino*, mas pode ser expandido para incluir atividades de orientação e formação docente sobre o ASI por profissionais de psicologia, psicopedagogia ou serviço social.

⁷ Recomenda-se desenvolver a intervenção com crianças de idade igual ou superior a três anos.

Figura 1 - Mudanças bruscas no comportamento da criança como indicadores de ASI



Fonte: DPE-PB ([2024]).

Esse plano de ensino está organizado em quatro aulas, cada qual com atividades específicas para abordar o tema de forma lúdica e didática, considerando a faixa etária da Educação Infantil (sobretudo dos três aos cinco anos). O objetivo geral é promover a conscientização e o empoderamento das crianças em relação a sua própria corporalidade, seus direitos e a importância de buscar ajuda em situações de abuso. A dimensão psicopedagógica é central, tendo em vista o desenvolvimento integral das crianças, o que inclui o entendimento sobre seu corpo, suas emoções, e o respeito a si e ao outro, tal como preconizado pela BNCC (Brasil, 2018). Os campos de experiência da BNCC que norteiam a estruturação desse protocolo psicopedagógico são (i) o eu, o outro e o nós; (ii) escuta, fala, pensamento e imaginação; (iii) corpo, gestos e movimento; e (iv) traços, sons, cores e formas.

A avaliação, por sua vez, deve ser realizada de forma contínua e processual, por meio da observação do envolvimento e das interações das crianças durante as atividades. Os registros pedagógicos devem ser feitos por meio de anotações, fotografias, vídeos e desenhos das crianças, que poderão evidenciar o progresso de cada uma. A avaliação deve ter como objetivo identificar os avanços e as dificuldades das crianças, para adequar as práticas pedagógicas, e não para selecioná-las ou classificá-las. Também é fundamental avaliar a própria prática interventiva, a partir dos resultados obtidos nas atividades, como forma de aprimoramento contínuo.

AULA 1: *Meu corpo, meu tesouro: conhecendo minhas partes e meus sentimentos*

Atividade 1: *Meu corpo mágico*

Objetivo específico: Promover o reconhecimento do próprio corpo e a diferenciação entre partes íntimas e não íntimas

Campos de experiência da BNCC: O eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos

Método: A atividade começa com uma brincadeira que utiliza um “sabonete mágico” (bolinha de papel) para “ensaboar” as diferentes partes do corpo. Em seguida, o educador questiona sobre a função de cada membro e finaliza perguntando qual parte do corpo não pode ser tocada ou vista por outras pessoas

Recursos necessários: Folhas de papel, lápis de escrever e colorir, borracha

Aplicação:

- Orientar as crianças a amassar a folha de papel até formar uma bolinha
- Convidar as crianças a “ensaboar” o corpo com a bolinha de papel, guiadas pelo educador, que vai citando as partes do corpo
- Perguntar sobre a função de cada parte do corpo
- Perguntar qual parte do corpo ninguém pode tocar ou olhar
- Pedir para que as crianças desenhem ou escrevam sobre a experiência, incluindo as partes do corpo que ninguém pode tocar

Duração estimada: 40 minutos

Resultados esperados: maior consciência corporal; percepção de regiões corporais sensíveis à alteridade

Atividade 2: *O que eu gosto e o que eu não gosto*

Objetivo específico: Desenvolver a capacidade de identificar e expressar sentimentos, diferenciando carinho de abuso

Campos de experiência da BNCC: O eu, o outro e o nós; escuta, fala, pensamento e imaginação

Método: Apresentação da história *Defenda-se! Conheça as expressões de carinho que são saudáveis*. Bia é uma menina negra, ela está em um churrasco em casa com sua mãe, outras crianças e adultos. Em seguida, são mostradas situações de carinho desejadas pelas crianças e, em contraposição, situações não desejadas. Adultos tocam em crianças em casa, numa casa de praia e no cinema, crianças se defendem e contam para adultos de confiança. Bia e outras crianças do time da defesa erguem placas com a frase “defenda-se” (Silva *et al.*, [2021])

Recursos necessários: Contação oral, imagens ou vídeo da história, cartolinas, lápis de cor

Aplicação:

- Apresentar a história, destacando as situações de carinho e as não desejadas
- Conversar sobre a importância de dizer “não” e contar para um adulto de confiança
- Pedir para que as crianças desenhem aquilo que compreenderam da história

Duração estimada: 40 minutos

Resultados esperados: maior consciência emocional; capacidade de nomear condutas alheias

AULA 2: *Aprendendo a dizer “não” e a pedir ajuda*

Atividade 1: *Seu corpo é um tesourinho*

Objetivo específico: Introduzir a ideia de que o corpo é valioso e que segredos sobre abuso não devem ser guardados

Campos de experiência da BNCC: O eu, o outro e o nós; escuta, fala, pensamento e imaginação

Método: Apresentação da música “O Seu Corpo é um Tesourinho”,⁸ incentivando as crianças a cantarem e entenderem a mensagem

Recursos necessários: Áudio da música *O seu corpo é um tesourinho*, cartolinas, lápis de cor

Aplicação:

Apresentar a música, incentivando as crianças a cantarem

Discutir a mensagem da música, sobre não guardar segredo sobre abuso e contar para um adulto de confiança

Pedir para que as crianças desenhem aquilo que compreenderam da música

Duração estimada: 40 minutos

Resultados esperados: consolidação de ambiente acolhedor na escola; percepção de que a fala da criança importa

Atividade 2: *Jogo das cores*

Objetivo específico: Utilizar a ludicidade para demonstrar quais partes do corpo podem ou não ser tocadas e o que fazer em cada situação

Campos de experiência da BNCC: O eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos

Método: Utilização de folhas coloridas no chão (verde, amarelo e vermelho) com os dizeres “pode”, “tenha cuidado”, e “não pode”. O educador aponta para as partes do corpo em desenhos de crianças e pergunta à turma se pode, se deve ter cuidado, ou se não pode tocar

Recursos necessários: Desenhos ou imagens de crianças, folhas coloridas (verde, amarelo e vermelho), fita adesiva

Aplicação:

- Fixar as folhas no chão com fita adesiva
- Mostrar a imagem de uma criança, apontar para partes do corpo e perguntar se a criança pode ou não ser tocada na região
- Orientar sobre o significado de cada cor, com as palavras “pode”, “tenha cuidado” ou “não pode”
- Estimular que as crianças digam “não” quando tocadas nas regiões íntimas de seu corpo

Duração estimada: 40 minutos

Resultados esperados: Percepção de regiões corporais sensíveis à alteridade

⁸ TIA QUELLY. *O seu corpo é um tesourinho*: música infantil: maio laranja. [Material *on-line*]. Última atualização: 20 nov. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TEQwvmVrfQ4>. Acesso em: 26 jan. 2025.

AULA 3: *O que a gente sente importa*

Atividade: *Trabalhando as expressões*

Objetivo específico: Demonstrar a diferença entre uma criança que sofre violência e uma criança que tem uma infância típica

Campos de experiência da BNCC: O eu, o outro e o nós; traços, sons, cores e formas

Método: O educador explica os tipos de violência e a diferença entre as expressões de crianças em situações distintas

Recursos necessários: Papel, lápis, lápis de cor e imagens que representem crianças com humor eufórico (alegres, relaxadas ou entusiasmadas) e com humor disfórico (tristes, amedrontadas ou ansiosas), como na Figura 2

Aplicação:

- Apresentar as imagens de crianças felizes e tristes, e falar sobre as diferenças entre elas
- Pedir para que as crianças desenhem em um papel as expressões de crianças que sofrem violência e de crianças que vivem uma infância típica
- Explicar que se as crianças passarem por qualquer tipo de violência, elas devem conversar com pessoas de confiança

Duração estimada: 60 minutos

Resultados esperados: Capacidade de nomear condutas alheias; maior consciência emocional; percepção de situações de abuso

Figura 2 - Representação de crianças expressando humor eufórico e disfórico.



Fonte: Vieira *et al.* (2021).

AULA 4: *O jogo da prevenção: aprendendo a me proteger*

Atividade: *Trilha da Prevenção*

Objetivo específico: Revisar, de forma lúdica, as partes do corpo que não podem ser tocadas, quem são as pessoas de confiança e como se proteger de tentativas de abuso

Campos de experiência da BNCC: O eu, o outro e o nós; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

Método: Utilização de um jogo de tabuleiro, chamado Trilha da Prevenção,⁹ com perguntas sobre o tema, em que as crianças avançam no tabuleiro com dados

Recursos necessários: Jogo Trilha da Prevenção impresso (tabuleiro, cartas e pirâmides), dados, tesoura e cola

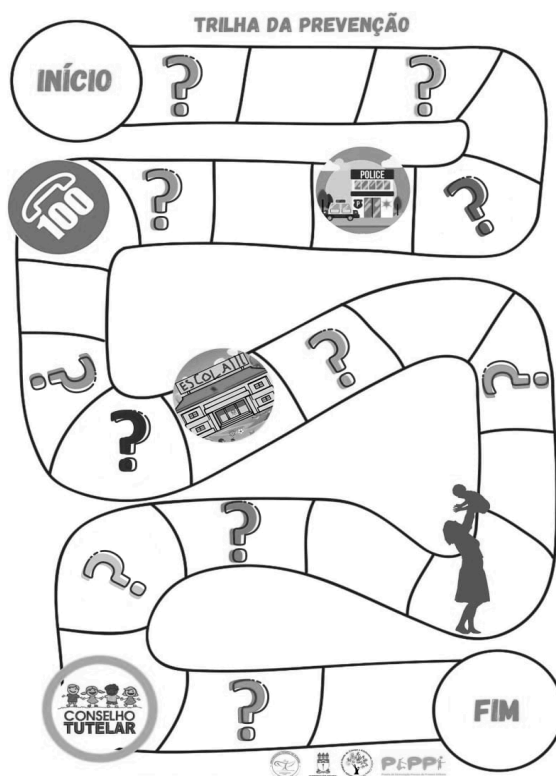
Aplicação:

- Imprimir (Figura 3) e montar o jogo
- Explicar as regras do jogo e quem são as pessoas de confiança
- Jogar com as crianças, auxiliando-as nas respostas
- Esclarecer o que fazer caso os jogadores parem em casas com imagens específicas como delegacia, Disque 100, escola, família e conselho tutelar

Duração estimada: 60 minutos

Resultados esperados: Maior consciência emocional; percepção de que a fala da criança importa

Figura 3 - Tabuleiro do jogo Trilha da Prevenção.



Fonte: Vieira *et al.* (2021).

⁹ O jogo consiste em um tabuleiro com uma trilha, em que os jogadores avançam lançando um dado e utilizando pirâmides como marcadores. Ao cair em casas com um símbolo de interrogação, as crianças retiram cartas contendo perguntas sobre situações de risco, partes do corpo que não devem ser tocadas por pessoas não autorizadas, e identificação de pessoas de confiança. Casas especiais destacam temas como denúncia de violência (delegacia e Disque 100), direitos infantis (escola e conselho tutelar) e a importância de confiar em adultos protetores. Respostas corretas permitem que os jogadores avancem, promovendo aprendizado enquanto interagem. Além de educar, a atividade desenvolve aspectos cognitivos, sociais e sensoriais, criando um espaço seguro para diálogos e fortalecendo a autonomia das crianças (Vieira *et al.*, 2021). O jogo foi desenvolvido pelo Projeto de Estimulação Precoce da Primeira Infância, vinculado à Universidade Federal de Alagoas, cuja materialidade está disponível através da URL <https://linktr.ee/peppi.ufal> (acesso em: 26 jan. 2025).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fase crítica do desenvolvimento humano, a infância está particularmente sujeita a eventos traumáticos, como o abuso sexual infantil (ASI), que podem ter impactos devastadores, comprometendo dimensões físicas, emocionais, cognitivas e sociais, além de afetar o desenvolvimento cerebral da criança (Papalia; Feldman, 2013). Embora crianças vítimas de ASI possam apresentar resiliência, sustentada por fatores como apoio de adultos e interações positivas, elas frequentemente lidam com dificuldades emocionais, cognitivas e interpessoais. Na maior parte dos casos, o ASI ocorre em contextos familiares disfuncionais, caracterizados por comunicação ineficaz, violência doméstica ou abuso de substâncias, o que agrava o isolamento social das crianças e dificulta a identificação e o relato do abuso (Brasil, 2021). Além disso, a ausência de sinais físicos evidentes e a complexidade das práticas abusivas tornam sua confirmação diagnóstica e sua denúncia ainda mais desafiadoras (Pfeiffer; Salvagni, 2005).

Como visto, as consequências do ASI manifestam-se no desenvolvimento socioemocional e educacional das crianças, podendo resultar em transtornos como TEPT, depressão, dissociação e dificuldades de aprendizagem (Borges; Dell’Aglia, 2008; Lima-Berton; Rodrigues, 2022). Vítimas de ASI frequentemente apresentam desinteresse pelos estudos, dificuldade de atenção e conflitos interpessoais com colegas e professores, o que prejudica seu desempenho escolar e favorece comportamentos de isolamento, retraimento e evasão escolar (Cogo *et al.*, 2011; Ferreira; Ferreira, 2022; Lima-Berton; Rodrigues, 2022). Essas dificuldades, além de comprometerem o rendimento acadêmico, impactam negativamente a formação de vínculos afetivos e o desenvolvimento pleno, reafirmando a urgência de medidas preventivas e de apoio para mitigar os danos causados pelo ASI.

A educação sexual na escola, quando trata de temas como emoções, relações interpessoais e direitos das crianças, cumpre um estratégico papel na prevenção e no enfrentamento do abuso sexual infantil, pois é capaz de promover autonomia para a identificação e a denúncia de situações de violência (Lopes; Lima; Silva, 2023). Nesse contexto, embora o docente, devidamente formado, exerça função importante ao proporcionar um ambiente seguro e estabelecer vínculos de confiança (Brino; Williams, 2008; Ribeiro; Santos, 2024), o enfrentamento eficaz do ASI demanda uma atuação multiprofissional articulada no ambiente escolar.

Merece especial destaque a figura do psicólogo, escolar ou clínico vinculado à rede de apoio, cuja expertise em desenvolvimento infantil, saúde mental, manejo de traumas e intervenção psicossocial é fundamental para o acolhimento adequado, avaliação, encaminhamento e acompanhamento de crianças vítimas, além de oferecer suporte técnico e emocional à equipe pedagógica e às famílias. Outros profissionais da educação, como coordenadores pedagógicos e assistentes sociais (quando presentes na rede), também são peças-chave na articulação de ações protetivas e no diálogo com os serviços de garantia de direitos.

O modelo de intervenção proposto neste estudo, decorrente de um empreendimento exclusivamente bibliográfico, foi organizado em quatro aulas, articulando atividades lúdicas e didáticas, de modo a configurar uma proposta teórica pertinente para o enfrentamento do abuso sexual infantil na Educação Infantil. Inspirado em manuais, cartilhas e orientações em língua portuguesa, o plano de ensino elaborado busca favorecer, entre as crianças, aprendizagens relativas ao conhecimento do próprio corpo, à noção de direitos e à compreensão da importância de comunicar desconfortos e buscar ajuda. Ainda assim, cumpre reiterar que, no âmbito desta pesquisa, o protocolo psicopedagógico permaneceu restrito ao plano conceitual, não tendo sido submetido a aplicação prática, observação sistemática ou avaliação empírica em contexto real.

Essa condição impõe limites importantes à robustez das conclusões possíveis. Por não ter sido testado em sala de aula, o protocolo não permite aferir, com base nesta investigação, sua efetividade pedagógica, sua adequação à faixa etária contemplada, seu grau de compreensibilidade para as crianças nem sua viabilidade operacional no cotidiano escolar. Também não foi possível verificar, de maneira concreta, como a proposta seria recebida por professores, gestores, famílias e demais integrantes da comunidade educativa, nem identificar eventuais obstáculos relativos à mediação docente, ao tempo disponível para implementação, à infraestrutura das instituições ou às distintas sensibilidades culturais que atravessam a discussão do tema. Nesse sentido, a intervenção aqui apresentada deve ser compreendida como uma construção preliminar, relevante sob a condição de referência teórica, mas ainda vulnerável às contingências próprias da prática educacional.

Acresce-se a isso o fato de que uma revisão bibliográfica, embora fecunda para mapear abordagens, comparar orientações e fundamentar propostas, depende da qualidade, atualidade e abrangência do material consultado, o que pode introduzir lacunas e recortes inevitáveis. A seleção de fontes em língua portuguesa, bem como o recorte temporal adotado,

embora metodologicamente justificáveis, também restringem o alcance da discussão e podem ter deixado de fora contribuições relevantes produzidas em outros idiomas ou em anos anteriores. Por conseguinte, futuras investigações deverão contemplar a aplicação, o acompanhamento e a avaliação controlada da intervenção em diferentes contextos, a fim de examinar sua pertinência, seus limites e suas possíveis adaptações. Apenas com esse percurso será possível verificar com maior segurança em que medida a proposta contribui, de fato, para a prevenção do abuso sexual infantil, sem perder de vista a diversidade das infâncias, das escolas e das condições sociais em que essa problemática se manifesta.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L. F. (org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018.

ARATA, C. M. Child sexual abuse and sexual revictimization. **Clinical Psychology: Science and Practice**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 135-164, 2002.

BORGES, J. L.; DELL'AGLIO, D. D. Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos. **Psicologia em Estudo**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 371-379, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília (DF): MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional**. [Material *on-line*]. Brasília (DF): [s. ed.], 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. [Material *on-line*]. Rio de Janeiro: [s. ed.], 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 27 mar. 2026.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 33, n. 2, p. 209-230, 2008.

BUFACCHI, V. Two concepts of violence. **Political Studies Review**, [s. l.], v. 3, p. 193-204, 2005.

CANADIAN CENTRE FOR CHILD PROTECTION. **Child sexual abuse: it is your business**. [Material *on-line*]. Winnipeg (Canadá): Canadian Centre for Child Protection Inc., 2024. Disponível em: https://content.c3p.ca/pdfs/C3P_ChildSexualAbuse_ItIsYourBusiness_en.pdf. Acesso em: 27 mar. 2026.

CARR, A. **The handbook of child and adolescent clinical psychology: a contextual approach.** New York (Estados Unidos da América): Taylor & Francis e-Library, 1999.

CAVALCANTE, L T. C.; OLIVEIRA, A. A. S. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, 2020.

COGO, K. S.; MAHL, A. C.; OLIVEIRA, L. A.; HOCH, V. A.; BATTISTI, P. Consequências psicológicas do abuso sexual infantil. **Unoesc & Ciência: ACHS**, Joaçaba (SC), v. 2, n. 2, p. 130-139, 2011.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA (DPE-PB). **Violência sexual contra criança e adolescente: como identificar e enfrentar casos de violência sexual infantojuvenil.** [Material *on-line*]. [S. l.: s. ed.], [2024]. Disponível em: https://defensoria.pb.def.br/wpcontent/uploads/2024/02/Cartilha_sobre_Violencia_Sexual_Contra_Crianca_e_Adolescente.pdf. Acesso em: 27 mar. 2026.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS (DPE-GO). **Caderno de orientações aos profissionais da educação para a prevenção e atendimento dos casos de violências sexuais contra crianças e adolescentes: faça bonito: proteja nossas crianças e adolescentes.** Goiânia: DPE-GO, 2022.

FERREIRA, V. T.; FERREIRA, B. M. O abuso sexual infantil e seus possíveis reflexos no desenvolvimento da aprendizagem. **Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 39-67, 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.** [Material *on-line*]. [S. l.: s. ed.], 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2026.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAMBY, S. On defining violence, and why it matters. **Psychology of Violence**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 167-180, 2017.

HAUGAARD, J. J. The challenge of defining child sexual abuse. **American Psychologist**, [s. l.], v. 55, n. 9, p. 1036-1039, 2000.

HOLCOMB, W. R. **Sexual violence.** Cambridge (Estados Unidos da América): Hogrefe Publishing, 2010. Disponível em: https://pubengine2.s3.eu-central-1.amazonaws.com/preview/99.110005/9781616763336_preview.pdf. Acesso em: 27 mar. 2026.

KRUG, E. G. *et al.* (org.). **World report on violence and health.** Genebra (Suíça): World Health Organization (WHO), 2002.

LIMA-BERTON, T. D.; RODRIGUES, L. M. F. Reflexos do abuso sexual na aprendizagem de crianças de 06 a 07 anos: uma revisão sistemática. **Quaderns d'Animació i Educació Social**, [s. l.], n. 36, p. 1-19, 2022. Disponível em: https://quadernsanimacio.net/ANTERIORES/treintaseis/index_htm_files/Violencia.pdf. Acesso em: 27 mar. 2026.

LISAK, D.; MILLER, P. M. Repeat rape and multiple offending among undetected rapists. **Violence and Victims**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 73-84, 2002.

LO IACONO, L.; TRENTINI, C.; CAROLA, V. Psychobiological consequences of childhood sexual abuse: current knowledge and clinical implications. **Frontiers in Neuroscience**, [s. l.], v. 15, art. 771511, 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/neuroscience/articles/10.3389/fnins.2021.771511/full>. Acesso em: 27 mar. 2026.

LOPES, S. F.; LIMA, N. P.; SILVA, D. L. Formação de professores como agentes na prevenção do abuso sexual infantil. **Cocar**, Belém, v. 18, n. 36, p. 1-16, 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTÍNEZ PACHECO, A. La violencia: conceptualización y elementos para su estudio. **Política y Cultura**, Distrito Federal (México), n. 46, p. 7-31, 2016.

MIGUEL, A.; QUIJADA, M.; GARCÍA, R. Influencia del abuso sexual infantil en la somatización, la conducta sociosexual y las relaciones sexuales en la edad adulta. **Análisis y Modificación de Conducta**, [s. l.], v. 50, n. 183, p. 83-97, 2024.

MORAES, J. T. **Diferenciando carinho de abuso**. [Material *on-line*]. [S. l.: s. ed.], [202-]. Disponível em: <https://generoeducacao.org.br/mude-sua-escola-tipo/materiais-educativos/plano-de-aula/ensinando-criancas-diferenciar-carinho-abuso/>. Acesso em: 27 mar. 2026.

OLIVEIRA, M. C. C.; FREITAS, D. F.; CASTRO, K. M.; SILVA, G. B. Abuso sexual infantil. **Monumenta**, Paraíso do Norte (PR), v. 1, n. 1, p. 35-44, 2020.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. Trad. Carla F. M. P. Vercesi *et al.* 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**, [s. l.], v. 81, n. 5, p. S197-S204, 2005.

RIBEIRO, D. B.; SANTOS, D. M. S. Combate ao abuso sexual infantil: a escola como protagonista. In: ALMEIDA, F. A. (org.). **Práticas pedagógicas em educação: a arte de ensinar e aprender**. Guarujá (SP): Científica Digital, 2024. p. 26-43.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, B. M. *et al.* **Cartilha de atividades sobre violência sexual contra crianças e adolescentes: estratégias de prevenção e enfrentamento**. [Material *on-line*]. [S. l.: s. ed.],

[2021]. Disponível em: <https://unifimes.edu.br/wp-content/uploads/2021/02/Ebook-final.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2026.

SILVA, L. M. *et al.* Perícia médica no contexto de abuso sexual infantil: conduta e desafios. **Brazilian Journal of Health Review**, [s. l.], v. 7, n. 4, e72141, 2024.

SMITH, A. F. Violencia: una perspectiva internacional. **Franz Tamayo: Revista de Educación**, [s. l.], v. 3, n. 7, p. 114-139, 2021.

VIEIRA, A. C. S. *et al.* **Cartilha de prevenção à violência na infância**. Irati (PR): Pasteur, 2021.

WINTERS, G. M. *et al.* Child sexual grooming of catholic clergy: A comparison between victims allegedly abused by clergy with single versus multiple victims. **Journal of Child Sexual Abuse**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 91-115, 2023.

ZHANG, W. *et al.* Sexual abuse prevention education for preschool-aged children: parents' attitudes, knowledge and practices in Beijing, China. **Journal of Child Sexual Abuse**, [s. l.], v. 29, n. 3, p. 295-311, 2020.